

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO

MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

TEMPO ESCOLA X TEMPO TRABALHO: ESFERAS ANTAGÔNICAS PARA O PROLETARIADO?

Lígia Regina Klein
PPGE - NUPEMARX/UFPR

Maria Auxiliadora Cavazotti
FACINTER – NUPEMARX/UFPR

Resumo: O trabalho apresenta resultados de projeto de Pesquisa vinculado ao Observatório de Educação/CAPES. No referido projeto, tratou-se, entre outros temas, da análise das relações entre tempo-escola e tempo-trabalho na vida das famílias proletárias. No desenvolvimento do tema, sob uma perspectiva metodológica materialista-histórica, foram utilizadas informações de diferentes bases de dados (INEP, IBGE, IPEA, IPARDES, IPPUC) e questionários aplicados às famílias de trabalhadores do campo empírico pesquisado, cujas informações foram confrontadas com dados extraídos de um processo de experiência de atuação político-educacional dos pesquisadores, ao longo de dois anos (2009/2010), junto a Associações Comunitárias de Moradores das vilas Nova Conquista, Esperança e Jardim Eldorado, da região Moradias Sabará, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). As análises desenvolvidas permitem concluir que, em face das condições de classe, o tempo de trabalho não somente constitui obstáculo para a inserção dos trabalhadores na educação formal, como ainda apresenta-se sob variáveis bastante complexas, as quais nem sempre se evidenciam nos dados coletados pelos instrumentos normais dos diversos órgãos oficiais de pesquisa, o que restringe a possibilidade de elaboração de políticas públicas em EJA mais adequadas a essa população.

Palavras-chave: EJA – Educação e trabalho – Políticas Públicas.

Este trabalho discute o problema da compatibilidade, para a classe trabalhadora, entre a escola e o trabalho, a partir dos resultados levantados pelo NUPEMARX/UFPR, que constituiu o Núcleo-local/UFPR, do Projeto “Formação do Professor e Pesquisador na EJA: Ênfase no Letramento e na Alfabetização Científica e Tecnológica”¹.

A investigação orientou-se para os determinantes da produção do analfabetismo e da formação escolar precarizada de trabalhadores, especialmente para a dificuldade de retorno à escolarização.

¹ Projeto vinculado ao Observatório de Educação/CAPES/INEP/SECAD, Edital Nº 001/2008, desenvolvido, na modalidade em Rede, pela Universidade Federal do Paraná e pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, sob coordenação da primeira. Instituiu-se em duas vertentes: o *letramento* – a cargo do Núcleo da UFPR - e a *alfabetização científica e tecnológica* - a cargo do Núcleo da UEPG.

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO

MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

2

Os indicadores sociais indicam a persistência do analfabetismo, bem como uma educação precarizada e, ainda, uma discrepância quando se comparam os resultados gerais e resultados pontuais relativos à população de menor renda. Dados da PNAD/2009 revelam que, no Brasil, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi de 9,7% correspondendo a 14,1 milhões de analfabetos. Mesmo nas regiões economicamente mais desenvolvidas persistem índices de analfabetismo: as Regiões Sul e Sudeste apresentaram taxas de 5,5% e 5,7%, respectivamente. Ademais, dentre a população que frequentou a escola por determinado número de anos, encontra-se considerável parcela de analfabetos funcionais ou precariamente escolarizados. Conforme análise do INEP, embora a ampliação do atendimento escolar tenha impactado a desaceleração do analfabetismo sobretudo nas faixas etárias mais jovens, “o ganho na escolaridade média dessa população, apesar de expressivo, foi insuficiente para garantir-lhes, pelo menos, o ensino fundamental completo” (INEP/MEC, 2003, p. 7). No Paraná, foi de 6,51% o índice de jovens e adultos que não atingiram o domínio fluente da leitura e da escrita, em 2006 (PARANÁ, 2008).

Por outro lado, altos índices encontrados em determinadas comunidades de trabalhadores tendem a diluir-se no quadro geral dos resultados estatísticos, como se exemplifica pelo estudo da situação da Vila Zumbi dos Palmares, comunidade da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), em 2003. Trata-se de uma das grandes ocupações irregulares que, segundo levantamento da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba/COMEC somava 6.186 habitantes. A renda média familiar, predominantemente obtida através de trabalho informal, ficava entre um a três salários mínimos. O número de desempregados chegava a 15% e 5,3% das famílias encontrava-se em estado de pobreza absoluta. O analfabetismo situava-se em torno de 10% - o dobro do índice estadual (AEN, 2003). Vê-se que os índices genéricos nem sempre revelam a densidade da população analfabeta em comunidades específicas, mormente de trabalhadores.

Diante do problema emergem, no âmbito do Estado, políticas voltadas ao seu enfrentamento. A Lei 9394/96 confere à EJA o estatuto de modalidade da educação

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO

MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

3

básica, no Ensino Fundamental e Médio, dotada de especificidade e tratamento próprios. A Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação elabora as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, conforme o Parecer 11/2000, que ressalta como requisitos pedagógicos o trabalho diferenciado dos conteúdos, com métodos e tempos intencionados ao perfil do jovem e adulto e da adoção de trato interdisciplinar dos componentes curriculares (BRASIL, 2000). Por sua vez, documentos do MEC/INEP (2003, 2006) destacam a questão da valorização e formação do docente para o enfrentamento do analfabetismo.

Atentos ao teor dessas políticas, a pesquisa, realizada em 2009 e 2010, contemplou análise dos dados de escolarização em diferentes bases (INEP, IBGE, IPEA, IPARDES, IPPUC) e realização de investigação empírica junto à população das vilas Nova Conquista, Esperança e Jardim Eldorado, da região Moradias Sabará, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), com a qual foram desenvolvidas simultaneamente atividades de letramento de jovens e adultos articuladas ao cotejamento das informações das bases de dados e produção do mapa social local.

A opção teórico-metodológica para fundamentar a investigação foi a perspectiva do materialismo histórico, que permitiu observar o percurso metodológico do concreto caótico ao concreto pensado, passando pela abstração, como possibilidade de análise da pertinência das soluções apontadas pelas políticas públicas de EJA. Em razão dessa escolha metodológica, buscou-se a inserção sistemática dos pesquisadores na comunidade, articulados com as Associações Comunitárias de Moradores na oferta de turmas de letramento para jovens e adultos e participação nas lutas sociais locais.

O planejamento das atividades desenvolvidas com os jovens e adultos trabalhadores, que formaram as turmas de alunos, fundou-se na articulação entre letramento e cotejamento das informações das bases de dados e o mapa social local. Assim, os discursos e as práticas sociais dos trabalhadores constituíram-se como material articulador da prática pedagógica. Outros discursos foram incorporados na condição de subsídio de análise crítica e aprofundamento das temáticas que emergiam nas lutas concretas, resultando três grupos textuais: os dados estatísticos das bases de

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO

MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

4

dados referidas, os discursos filosóficos e científicos das diversas disciplinas, e os textos cotidianos.

A forte integração que resultou entre os pesquisadores e as Associações Comunitárias de Moradores, pautando-se por uma imantação em torno das lutas sociais – educação, transporte, alimentação, saúde, trabalho, com ênfase para a questão da moradia -, por meio da participação ativa nas reuniões, nas assembleias e nos atos públicos de reivindicação, o que permitiu condições peculiares de penetração na realidade estudada, para além de observações meramente fenomênicas. Essa condição especial e fecunda ensejou várias temáticas de análise da pesquisa. Neste trabalho, abordaremos apenas a questão das *incompatibilidades entre jornada de trabalho e jornada de aprendizagem*, um dos nós górdios da EJA.

O processo de apropriação do conhecimento requer, na sociedade contemporânea, ao menos dois tempos imprescindíveis que articulam a função clássica da escola: a “transmissão-assimilação do saber sistematizado”, na expressão de Saviani (2003)². Essa duplicidade de funções (transmitir/assimilar), ainda que unidade íntegra e intimamente articulada, também se expressa em duplicidade do “tempo pedagógico”, pois cada função supõe uma quantidade de tempo para realizar-se. Teríamos, pois, “dois tempos” em interação indissociável: o tempo de interlocução educador-educando, ou seja, o tempo necessário para as atividades de ensino, de “socialização” do saber sistematizado e o tempo de sua “assimilação”, que implica o esforço subjetivo do educando e, assim sendo, obedece a ritmos individuais. Estes dois tempos – o tempo de ensino e tempo de aprendizagem - são abarcados pela unidade maior, que denominamos “tempo pedagógico”.

A organização da escola contemporânea, em que um educador realiza a interlocução com vários educandos simultaneamente, estabelece uma mesma medida de tempo de transmissão e assimilação para todos os alunos da turma, pressupondo que o tempo escolar (cronológico) determinado abarcaria o arco de diferenças individuais. Por

² Pelos limites deste texto, não discutimos, aqui, as funções ideológicas da escola.

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO

MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

5

outro lado, há uma pressão objetiva, que se expressa em termos de notas e eventual reprovação, para os indivíduos se adequarem a esse tempo “médio”.

Ora, sendo impossível que a jornada escolar concreta se ajuste plenamente ao arco ideal de diferenças individuais ou, mesmo, ao tempo médio requerido para o ensino da massa de conhecimentos sistematizados, instituiu-se como solução a destinação, pelo aluno, de um certo tempo extraescolar, no qual deve dedicar-se a atividades de estudos complementares, visando lograr a assimilação pretendida. Desde os seus primórdios, a escola moderna vale-se da familiar “lição de casa”, prática que expressa de forma clara os limites da jornada escolar. O tempo pedagógico foi, assim, cindido em dois tempos cronológicos: tempo escolar e tempo extraescolar.

Essa extensão arbitrária da jornada escolar – quando se requereria escola em tempo integral - constitui mais uma condição de produção de desigualdade entre os educandos. Com efeito, a jornada extraescolar, além de quebrar a unidade entre o tempo de ensino e o tempo de aprendizagem, requer disponibilidade de tempo, local e recursos adequados e, se se quiser recuperar aquela unidade, a disponibilidade de apoio pedagógico de alguém que saiba orientar o educando, quando necessário.

Posto que a escola moderna se organiza tomando como referência os sujeitos da classe dominante, instituiu-se a jornada extraescolar como se se tratasse de prática perfeitamente generalizável para o conjunto da sociedade. Entretanto, ao incidir sobre a classe trabalhadora, que em regra não consegue atender às exigências dessa jornada, essa prática arbitrária não só contribui para a produção de repetência e evasão escolar, com reflexos na produção de contingentes de analfabetos, analfabetos funcionais e sujeitos precariamente escolarizados, como se coloca como uma questão relevante e permanentemente descuidada nas propostas de EJA.

A título de exemplo, tomemos as “Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos”, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, em vigência. O documento aborda a questão do tempo, primeiramente reconhecendo que “na dimensão escolar, o tempo dos educandos da EJA é definido pelo período de escolarização e por um tempo singular de aprendizagem, bem diversificado, tendo em vista a especificidade

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO

MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

6

dessa modalidade de ensino que considera a disponibilidade de cada um para a dedicação aos estudos” (PARANÁ, 2006, p. 33). Esclarece que “a organização do tempo escolar, compreende três dimensões: o tempo físico, o tempo vivido e o tempo pedagógico”. A primeira dessas três dimensões temporais está relacionada “ao calendário escolar, organizado em dias letivos, horas/aula, bimestres que organizam e controlam o tempo da ação pedagógica”, enquanto a segunda “diz respeito ao tempo vivido pelo professor, nas suas experiências pedagógicas, nos cursos de formação, na ação docente propriamente dita, bem como o tempo vivido pelos educandos nas experiências sociais e escolares” e a última “compreende o tempo que a organização escolar destina para a escolarização e socialização do conhecimento”. Após essa exposição, como se fosse algo meramente acidental, o documento conclui o parágrafo lembrando que “Ainda, há o **tempo que o aluno dispõe** para se dedicar aos afazeres escolares internos e externos exigidos pelo processo educativo” (PARANÁ, 2006, p. 33) (grifo nosso).

Se, neste primeiro momento, o tempo pedagógico é constitutivo do tempo escolar, nas Orientações Metodológicas o documento aponta uma distinção entre ambos: o tempo escolar “diz respeito ao estabelecido pelo calendário e suas exigências burocráticas; é mecânico, passível de ser medido e nele impera a hora relógio” e o tempo pedagógico “tem sentido de tempo vivido, uma vez que enfoca o processo de formação e o autoconhecimento do educando” (PARANÁ, 2006, p. 36). Conclui defendendo que a escola, “ao priorizar a qualidade do ensino e da aprendizagem tende a adequar ao tempo escolar essas suas [do educando] necessidades eminentemente educativas”. Daí porque, “a organização do trabalho pedagógico na escola, que inclui os diferentes sujeitos da prática educativa, necessita ser pensada em razão da articulação satisfatória entre o tempo pedagógico e o tempo escolar” (PARANÁ, 2006, p. 36).

Essa formulação, aparentemente aprofundado a questão da jornada escolar, é problemática em vários sentidos. Primeiro, porque esvazia o tempo escolar de seu caráter pedagógico, como se este lhe fosse exterior, não intrínseco e que, portanto, precisa ser a ele articulado. A inconsistência dessa fratura entre “tempo escolar” e

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO

MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

7

“tempo pedagógico” impõe, inevitavelmente, uma dubiedade que se revela na inconstância do papel determinante de um e de outro: ora o “tempo escolar” se impõe ao pedagógico, como na citação acima, ora defende-se o contrário, cabendo “adaptar o tempo escolar às necessidades dos educandos” (PARANÁ, 2006, p. 36).

Segundo, porque ao enfatizar o “tempo vivido” como tempo realmente pedagógico, embora pareça dar maior relevância ao pedagógico o que efetivamente faz é sobrevalorizar o tempo não escolar, para uma população que já ali está por encontrar-se justamente alijada da escola. Tal posição assemelha-se à fábula das “uvas verdes”: impossibilitado (ou omitindo-se) de responder à universalização efetiva da escola (aí entendida uma escola que realmente realiza o processo de ensino-aprendizagem, em idade própria), o Estado opõe à escola o valor da “experiência extraescolar vivida”, sem promover as condições pedagógicas concretas necessárias à aprendizagem sistemática, no seu momento extraescolar, como as já mencionadas.

Enfim, a jornada escolar de meio período, estabelecida no nosso sistema de ensino, consagrou um tempo pedagógico complementar sob responsabilidade do educando. Esse tempo complementar requer condições pedagógicas específicas e, para além de formulações abstratas, a experiência concreta nas comunidades envolvidas, demonstrou que tais condições estão longe do alcance dos trabalhadores. Assim, o sistema pune os filhos da classe trabalhadora que não conseguem, por seus próprios meios, realizar satisfatoriamente a jornada pedagógica complementar e, por isso, fracassam na sua escolarização, seja reprovando, evadindo-se ou formando-se precariamente. As políticas públicas, inclusive de EJA, incorporaram a responsabilidade do aluno por essa jornada pedagógica complementar e, ao mesmo tempo tangenciam a questão ou, pior, exaltam como solução aquilo que é causa de dificuldade: a “experiência extraescolar vivida”.

Enfim, ainda que reconheçam um tempo singular de aprendizagem dos sujeitos, não propõem mecanismos de adequação do “tempo escolar” (cronológico, mecânico) ao “tempo pedagógico”, quando desconsideram concretamente a singularidade das condições de disponibilidade seja do tempo escolar seja do tempo extraescolar.

Ademais, impera, na EJA, a idéia de que o tempo-escola pode/deve ser comprimido para adequar-se ao pouco tempo disponível do trabalhador. O que não se põe em questão é que, ao cabo, essa adequação atende à necessidade de consumo mínimo do tempo dos trabalhadores, o que se explica pelo caráter de mercadoria que esse tempo adquire sob relações capitalistas de produção.

A jornada escolar tem, para os trabalhadores, uma íntima relação de dependência com a jornada de trabalho. Esta, como ensina Marx (1986, p. 261), “não é uma grandeza constante, mas variável. Uma de suas partes é determinada pelo tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho do próprio trabalhador, mas sua magnitude total varia com a duração do trabalho excedente. A jornada de trabalho é, portanto, determinável, mas considerada em si mesma, é indeterminada”. Porém, embora a jornada de trabalho não seja uma grandeza fixa, mas flutuante, só pode variar dentro de certos limites. O limite mínimo é indeterminável, mas o limite máximo sofre dupla determinação: o limite físico e o limite moral. Em um período de 24 horas, “o organismo humano só pode despender determinada quantidade de força de trabalho” (MARX, 1986, p. 261), uma vez que precisa despender tempo também para dormir, descansar, para atender necessidades físicas (alimentar-se, lavar-se, vestir-se etc.) e para a satisfação de necessidades espirituais e sociais, conforme o nível civilizatório de sua sociedade.

As vinte e quatro horas do dia dividem-se, portanto, entre o tempo que o trabalhador dedica às suas necessidades físicas, espirituais e sociais e o tempo de trabalho. Sob tais limites, a jornada de trabalho, sob as relações capitalistas de produção, sofre nova divisão: o tempo de trabalho necessário para que o trabalhador alcance sua própria reprodução e o tempo de trabalho excedente, ou mais-valia, apropriado pelo capitalista. Conforme Marx (1986, p. 612):

O capitalista paga o valor da força de trabalho, ou seu preço que coincide ou não com o valor, e recebe em troca o direito de dispor diretamente da força viva de trabalho. Usufri a força de trabalho em dois períodos. Num período, o trabalhador produz apenas um valor que é igual ao valor de sua força de trabalho, um equivalente, portanto. O capitalista recebe assim um produto de preço igual ao que

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO

MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

9

ele pagou pela força de trabalho. É como se tivesse comprado o produto pronto no mercado. Mas, no período de trabalho excedente, a força de trabalho que o capitalista utiliza produz para ele um valor que não lhe custa nenhuma contrapartida. Explora gratuitamente a força de trabalho. Nesse sentido, pode-se chamar trabalho excedente de trabalho não pago.

Eis porque interessa ao capitalista aumentar tanto quanto possível o tempo de trabalho excedente, de modo que a relação entre tempo necessário e tempo excedente sofre permanente pressão do capital no sentido da compressão do primeiro em benefício da expansão do segundo, uma vez que neste reside sua fonte de lucro. Assim, ainda na esclarecedora dicção de Marx (1986, p. 612): “o segredo da auto-expansão ou valorização do capital se reduz ao seu poder de dispor de uma quantidade determinada de trabalho alheio não pago”. Essa exploração da força de trabalho se dá tanto pela extensão da jornada, como pela intensificação do ritmo do trabalho no interior de uma mesma jornada.

No antagonismo entre capital e trabalho, as lutas pela redução da jornada de trabalho se constituíram – e se mantêm – como uma das mais significativas bandeiras da classe trabalhadora. Entretanto, se a limitação legal da jornada a 8 horas diárias e 45 horas semanais – nem sempre respeitada - pode ser considerada uma extraordinária conquista, o fato é que mesmo tal jornada se apresenta significativamente impeditiva das práticas sociais de formação - que se encontram facilmente ao alcance das classes dominantes -, principalmente em razão do esgotamento físico e mental que aflige o trabalhador, em razão dos níveis cada vez mais intensos do ritmo de trabalho alcançados nos tempos atuais, graças ao desenvolvimento de tecnologia destinada ao aumento da produtividade. Dito esgotamento coloca-se como um muro intransponível à fruição de importantes atividades sociais, destacadamente, as de caráter político, cultural, científico e de lazer.

O ingresso precoce da criança e do jovem no trabalho, a realização de atividades extras para complementação salarial ou, ainda, principalmente no caso das mulheres, uma segunda jornada de trabalho doméstico, constituem condições concretas de

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO

MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

10

determinação da atividade laboral que se sobrepõem às possibilidades de ingresso, permanência e conclusão da formação escolar.

O primeiro aspecto, o ingresso precoce no mundo do trabalho, ressalta entre os inscritos nas turmas de Letramento do Projeto, conforme demonstram as tabelas abaixo:

Inscritos* nas Turmas de Alfabetização/Letramento: Idade de inserção no mundo do trabalho																
Idade	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19 a 33	
Resp.	1	4	12	7	5	8	4	15	7	12	10	16	7	12	7	
%	0,7	2,9	8,7	5,1	3,6	5,8	2,9	10,9	5,1	8,7	7,2	11,5	5,1	8,7	5,1	

* Do total de 138 inscritos apenas 127 responderam.

Observa-se que a maior incidência de idade de ingresso no trabalho coincide com as idades previstas para o ingresso em certos níveis escolares: com efeito, 11,5% dos entrevistados (a maior incidência) ingressou no trabalho aos 16 anos, ou seja, na idade correspondente à conclusão do Ensino Médio e ingresso no Ensino Superior; a segunda maior incidência, na ordem de 10,9%, verificou-se aos 12 anos, ou seja, na idade de ingresso no Fundamental II. De todo modo, 61,6% iniciaram a atividade laboral antes da idade – 16 anos - consagrada na Constituição Federal e no ECA, se desconsiderarmos as condições de aprendiz, conforme tabela:

Inscritos* nas Turmas de Alfabetização/Letramento: Idade de inserção no mundo do trabalho em relação à idade própria para os níveis do sistema de ensino				
Idade	Até 6 anos	De 7 a 10 anos	De 11 a 14 anos	De 15 a 18 anos
Resp.	5	38	45	50
%	4,2	26,7	32,3	36,6

63,2% iniciaram a atividade laboral na idade correspondente ao ensino fundamental (14 anos)

Por outro lado, a jornada de trabalho, se configura em outra condição de precarização da formação escolar, tendo em vista que inviabiliza diretamente a disponibilidade do tempo destinado às atividades pedagógicas de aprendizagem.

Conforme dados do IBGE (2009), em 2008, dentre uma população de 12.223 adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade, 29,4% no país, 25,2% na região Sul e 26,1% no Paraná trabalhavam até 39 h/s; 41,8% no país, 47,9% na região Sul e 46,2% no Paraná trabalhavam de 40 a 44 h/s; 28,8% no país, 26,9% na região Sul e 27,6% no Paraná trabalhavam 45 h/s ou mais.

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO

MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

11

Conforme análise das bases de dados, (KLEIN, SILVA e CAVAZOTTI, 2011, p. 34) “na faixa populacional em nível de escolaridade que, no ano de 2008, compunha, majoritariamente, a população ocupada no Brasil – Ensino Fundamental incompleto - a jornada de trabalho que prevalecia (33,5%) era acima de 45 h/s. Em seguida, destaca-se a jornada de 37 a 45 h/s, cumprida por 32,2% da população ocupada com Ensino Fundamental Incompleto”, como se depreende da tabela a seguir:

Distribuição dos ocupados por escolaridade, segundo jornada de trabalho Brasil 2008 (em %)					
Escolaridade	Jornada de Trabalho Semanal (em horas)				Total
	Até 20	21 a 36	37 a 44	45 ou mais	
Sem instrução	22,6	20,2	28,5	28,7	100,0
Fundamental Incompleto	18,6	15,7	32,2	33,5	100,0
Fundamental Completo	11,1	13,5	39,2	36,3	100,0
Médio Incompleto	14,5	15,5	38,3	31,7	100,0
Médio Completo	7,6	13,0	47,0	32,3	100,0
Superior Incompleto	13,3	17,8	49,7	19,1	100,0
Superior Completo	11,9	17,8	50,7	19,6	100,0
BRASIL	14,1	15,5	39,7	30,8	100,0

Fonte: IBGE. PNAD / DIEESE, 2009a, p.41. Obs.: a) Exclui pessoas com escolaridade não determinada; b) Foram consideradas as pessoas de 10 anos ou mais.

Independentemente da escolaridade, a maioria dos trabalhadores (76,8%) cumpre jornada semanal superior à 37h. Porém, as faixas de menor escolarização, em um percentual de 62,2%, são justamente as que realizam as jornadas de trabalho semanais mais longas: 45h ou mais. Enquanto o índice de jornada de 45h ou mais é cumprido por 28% a 32% dos trabalhadores sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, apenas 20% dos trabalhadores que cursam ou já concluíram o ensino superior realizam jornadas superiores à 45h/s. Eis, pois, um círculo vicioso: os que mais precisam da escola são os que menos dispõem de tempo para o estudo.

Entre os inscritos nas turmas de Letramento do Projeto, a jornada diária principal, excluídas outras atividades de complementação de renda ou trabalho doméstico, é de 8h/d para 37,6% dos alunos, enquanto 48,1% trabalham acima de 8h e apenas 13,7% trabalham menos que 8h/d, conforme tabela abaixo:

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO

MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

12

Tempo despendido na jornada diária principal de trabalho (1ª. Jornada)								
Horas diárias	Até 6h	7h	8h	9h	10h	11h	12h	13h a 16h
Respond.	13	6	52	24	20	4	16	3
%	9,4	4,3	37,6	17,3	14,4	2,8	11,5	2,1

Obs: 2 sujeitos trabalham em sistema de escala: 12h/36h; 1 sujeito trabalha em sistema de escala: 12h/24h;

Também é comum a incidência de trabalhadores que realizam uma sobrejornada – seja em atividades extras (“bicos”) para complementação salarial, seja em atividades domésticas, realizadas principalmente pelas mulheres, o que representa grave empecilho à frequência nas turmas da EJA.

Não bastasse tal freio, outras condições de existência – igualmente determinadas pela condição de trabalhador subordinado – concorrem para adensar esse obstáculo. Dentre elas, destacamos – pela pertinência com as comunidades envolvidas – a questão da distância entre o local de moradia e o local do trabalho.

Quanto ao tema da distância entre residência e local de trabalho, sabe-se que excepcionalmente o trabalhador consegue residir próximo ao seu local de trabalho. Geralmente a distância é significativa, obrigando-o a um deslocamento³ que consome seu tempo “livre” e concorre para o seu esgotamento. A relevância deste aspecto instou o aprofundamento sobre o transporte público em Curitiba e Região Metropolitana, com ênfase para o tempo de deslocamento para o trabalho, ou *in itinere*. Além de estudos realizados em fontes de dados e literatura especializada, em especial o Relatório do Observatório das Metrôpoles (MOURA e RODRIGUES, 2009), também foram levantados dados sobre o tempo *in itinere*, junto aos trabalhadores inscritos nas turmas do Projeto e junto aos trabalhadores usuários do transporte público dos três mais terminais da Região Metropolitana com maior fluxo de trabalhadores: Alto Maracanã, Cabral e CIC.

³ Ainda que esse tempo de deslocamento – ou tempo *in itinere* – seja demandado pela atividade laboral, não é considerado na jornada de trabalho, razão pela qual não é pago.

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO

MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

13

Em Curitiba o transporte coletivo conta com vias únicas e linhas de ônibus intermunicipais que fazem parte do plano estruturador de ocupação das regiões periféricas. Este sistema constitui a Rede Integrada de Transporte e opera desde 1980 sob a coordenação da URBS que controla as 28 empresas de transporte coletivo de toda a Região Metropolitana. Na Região Metropolitana de Curitiba, considerando as pessoas com 15 anos ou mais de idade, 196.730 pessoas trabalhavam ou estudavam fora de seu município de residência, correspondendo a uma taxa de “movimento pendular” de 14,6% (MOURA e RODRIGUES, 2009).

A região Moradias Sabará (CIC) encontra-se distante do centro, dificultando o acesso dos moradores a serviços sociais e alternativas de comércio, estimando-se o tempo médio gasto de 1 hora, entre a região e o centro.

Entrevista com os alunos inscritos nas turmas do Projeto apresenta o seguinte quadro do tempo despendido *in itinere*:

Tempo diário despendido <i>in itinere</i> , considerando ida e volta, e meio de transporte							
Tempo <i>in itinere</i>	Número de respostas, conforme o meio de transporte						
	Ônibus	Carro	A pé	Bicicleta	Moto	Total	%
10 min	1	2	4			7	5,5
20 min	1	4	8		1	14	11,1
30 min	3	2	4		2	11	8,7
40 min	3	3	1			7	5,5
50 min				2		2	1,6
1 hora	13	5			2	20	16,0
1 hora e 10 min	2	1				3	2,4
1 hora e 20 min	7	1			1	9	7,1
1 hora e 30 min	1					1	0,8
1 hora e 40 min	2					2	1,6
2 horas	19		2			21	16,7
2 horas e 20 min	1					1	0,8
2 horas e 30 min	1					1	0,8
2 horas e 40 min	6	1				7	5,5
3 horas	13					13	10,3
3 horas e 20 min	2					2	1,6
4 horas	2		1			3	2,4
Não definido			2			2	1,6
TOTAL	77	19	22	2	6		
%	61,1	15,1	17,5	1,6	4,7	126	100,0

*Dos 138 entrevistados que trabalham, 126 despendem tempo em deslocamento e 12 residem no local de trabalho.

Como se observa, apenas 32,4% dos 126 trabalhadores que se deslocam para o trabalho despendem menos que 1h *in itinere*. O índice mais alto se situa na faixa de 2h

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO

MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

14

in itinere (16,7%), um pouco acima do tempo de 1h (16,0%). Ressalte-se, entretanto, o índice de 15,9% de trabalhadores que consomem 3h ou mais de seu tempo em deslocamento para o trabalho.

Na pesquisa realizada em três terminais de transporte público, envolvendo 300 usuários, ficou demonstrada a incidência predominante de um tempo *in itinere* de 1h a 2h (considerando-se ida e volta), conforme 39% dos entrevistados. A segunda maior incidência, alcançando 23,7% dos entrevistados, indicou um tempo *in itinere* de 2h a 3h. O tempo de 1h ou menos *in itinere* é o que despendem 32,6% dos entrevistados. Um índice de 4% dos entrevistados chega a despendem entre 3h a 4h *in itinere*. Houve ainda uma ocorrência de dois entrevistados que consumiam de 4h a 5h em trânsito, conforme tabela abaixo:

Tempo diário despendido <i>in itinere</i> , considerando ida e volta, dos usuários de transporte público, por terminal					
	Alto Maracanã	Cabral	CIC	Total	%
Até 1h	50	30	18	98	32,6
+ de 1h 2h	36	41	40	117	39,0
+ de 2h a 3h	12	22	37	71	23,7
+ de 3h a 4h	1	6	5	12	4,0
+ de 4h a 5h	1	1	0	2	0,7
Total	100	100	100	300	100%

Atente-se que o tempo médio de 2 a 4h foi maior no terminal do CIC, onde se localizam as comunidades integradas ao Projeto.

Os dados indicam que, embora em um nível inferior ao de outras grandes metrópoles - como é o caso de São Paulo, cujo tempo *in itinere* assume uma proporção absolutamente desumana – o tempo de deslocamento consome, para a maioria dos trabalhadores, entre uma e duas horas diárias. Ocorre, entretanto, que o deslocamento não só consome tempo como incide sobre as condições físicas e psicológicas do trabalhador, acentuando seu esgotamento, em face das precárias condições do transporte público oferecido.

A pesquisa realizada nos terminais revelou outro dado perverso em relação ao tempo *in itinere*: a maioria dos entrevistados consomem mais tempo no retorno que na ida para o local de trabalho, conforme tabela abaixo:

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO

MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

15

Diferença entre tempo de ida e volta do trabalho, por Terminal					
	Alto Maracanã	Cabral	CIC	TOTAL	%
5min	10	9	6	25	13,8
10min	10	13	13	36	20
15min	10	16	18	44	24,4
20min	4	7	9	20	11,1
25min	6	4	4	14	7,7
30min	4	14	7	25	13,8
35min	3	0	2	5	2,7
40min	1	1	4	6	3,3
45min	0	0	1	1	0,5
50min	0	0	0	0	0
55min	1	1	0	2	1,1
1hora	1	0	1	2	1,1
Total	50	65	65	180	100

O maior índice (35,5%) dos trabalhadores perdem de 15min a 20min diários a mais no deslocamento de volta, em razão da deficitária oferta de ônibus nos horários de retorno do trabalho, relativamente à oferta matutina, que corresponde, em regra, ao horário de início. Um índice de 22,5% dos entrevistados consome mais de 30min apenas nessa diferença a mais no tempo de retorno. O terminal do Cabral, que constitui um importante entroncamento do movimento pendular, apresenta maior incidência de diferença de 30min ou mais comparativamente aos dois outros terminais.

A tabela seguinte demonstra a alta incidência de maior tempo na volta, como uma ocorrência comum a todos os terminais:

Diferença entre tempo de ida e volta do trabalho: comparação das ocorrências por Terminal					
Critério comparativo	Alto Maracanã	Cabral	CIC	Total	%
tempo igual	37	26	20	83	27,7
maior tempo na ida	13	9	15	37	12,3
maior tempo na volta	50	65	65	180	60%
Total	100	100	100	300	100%

É evidente que os empregadores levam em conta o impacto do esgotamento no desempenho laboral e os dados permitem deduzir que, na oferta de transporte público,

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO

MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

16

há uma atenção especial ao interesse dos empregadores em receber, para a jornada de trabalho, sujeitos mais descansados e, logo, mais produtivos. Cumprida a jornada, pouco interessa aos empresários o esgotamento que sobrevirá, ao trabalhador, do tempo despendido no transporte do trabalho à moradia. É perfeitamente presumível um interesse dos concessionários de transporte público em não confrontarem-se demasiadamente com os interesses dos empregadores. Preservados tais interesses, libera-se o concessionário para buscar maior lucro, economizando na oferta do transporte nos horários em que em geral os trabalhadores retornam da jornada de trabalho. Assim, à custa do sacrifício do “tempo livre” do trabalhador, lucram empregadores e concessionários.

As condições de transporte *in itinere* refletem duplamente nas turmas de EJA; consumindo tempo livre e acentuando, pelo esgotamento do educando, as dificuldades de atenção e concentração necessárias ao estudo. Considerando os dados acima, indicando que a maioria dos trabalhadores pesquisados consome entre uma e duas horas *in itinere*, temos que, se esse tempo pudesse ser dedicado ao estudo, em cinco dias semanais teríamos de 5 a 10h/s que poderiam ser investidas em tempo pedagógico escolar ou extraescolar, ou ainda, **considerando apenas o tempo a mais consumido na diferença do deslocamento após a jornada de trabalho** – tomando-se como referência o tempo de maior incidência entre os entrevistados, ou seja, 15min - teríamos 1h30/s liberadas para estudo.

A aparentemente pequena margem de tempo pode levar ao equívoco de se desconsiderarem esses dados. Entretanto, a inserção concreta nas atividades da comunidade permitiu avaliar o quanto o cotidiano dos trabalhadores está enquadrado em limites muito estreitos de possibilidade de realização de outras práticas sociais para além da luta pela sobrevivência. Qualquer alteração no curso da vida cotidiana (adoecimento do aluno ou de membro da família, epidemias de gripe e outras viroses, nascimento de filhos, mudança de moradia, perda do emprego, mudança de horário do emprego, acréscimo de hora extra, mudança do local de trabalho, alterações de percurso ou de horário nas linhas de ônibus, períodos de chuva e frio intensos, falecimento de

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO

MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

17

pessoa da família responsável pelo cuidado com as crianças ou perda do auxílio nesse cuidado, acidentes de trabalho, dia de pagamento, acesso aos serviços de documentação, acesso aos serviços de saúde pública, com redobrada dificuldade nos casos de agendamento de exames e consultas com especialistas, etc.) pode incidir de forma contundente no seu empenho de maior participação nas práticas sócio-culturais.

Observou-se na pesquisa que, ao interesse de retomar os estudos, se opõem os estreitos limites do tempo livre, quer para as atividades pedagógicas intraescolar, quer para as atividades pedagógicas extraescolares. Assim, situações que podem ser enfrentadas por outras classes sociais representam uma limitação intransponível para os trabalhadores envolvidos na pesquisa, conforme se pode constatar ao longo da vigência das turmas de alfabetização/letramento.

A constatação dessa permanente oscilação na possibilidade de presença e participação dos alunos levou os pesquisadores a definirem como diretriz o esforço constante de adaptação dos encaminhamentos pedagógicos às condições concretas dos alunos. Tentou-se, nesse sentido: busca de aprofundamento metodológico bem como busca de estratégias e materiais didáticos mais apropriados à instabilidade das condições do alunado; alteração do dia das aulas; alteração dos horários de início e término das aulas; alteração do local de realização das aulas; completa abertura para o retorno do aluno a qualquer momento; mecanismos pedagógicos de recuperação das lacunas decorrentes das faltas e atrasos; acolhimento de acompanhantes dos alunos (filhos menores e adolescentes, namorados, irmãos, pais, amigos), oferecendo atividades especiais. Entretanto, essas adequações, assemelhadas às propostas dos documentos oficiais da EJA, mostraram-se insuficientes: muitos alunos desistiram dos estudos, apesar do manifesto interesse que demonstravam na sua continuidade; outros, sequer eram movidos por um interesse mais consistente, uma vez que a intensificação do trabalho subordinado lhes expropria até mesmo a possibilidade de qualquer projeto de vida, esgotando-os na mera tarefa de reprodução cotidiana da mesma precária existência.

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO

MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

18

Para a classe trabalhadora, a organização do tempo pedagógico em somatória de “tempo escolar” mais “tempo extraescolar” é inviável. Sem o tempo livre compatível com o tempo pedagógico – tomado na totalidade que integra organicamente o tempo de ensino e o tempo de aprendizagem – não há possibilidade concreta de superar a formação escolar precarizada.

O desenvolvimento do Projeto permitiu, assim, concluir que a jornada de trabalho, nos termos atuais para a maioria dos trabalhadores, bem como as condições gerais inerentes à sua vida enquanto classe expropriada, inviabilizam as propostas de EJA. Por outro lado, o intento de flexibilizar a escola tende a incidir negativamente sobre a quantidade e qualidade dos conhecimentos pretendidos. Aí, nos parece residir um dos limites mais significativos das propostas e políticas de EJA no Brasil: se, por um lado, há manifesta intenção de adaptação às condições dos trabalhadores, essa intenção enquadra-se aos limites concretos postos.

Urge articular as demandas da EJA às lutas populares por redução de jornada de trabalho, melhoria da oferta e qualidade do transporte público, condições de moradia, melhoria de oferta e qualidade dos equipamentos de serviços públicos, etc.

Fora deste quadro de lutas sociais, os debates sobre a EJA se esgotam em questões de caráter didático ou em políticas compensatórias.

Referências:

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS – Governo do Paraná. **População da Vila Zumbi dos Palmares comemora isenção do pagamento da conta de luz.** 2003 Disponível em:
<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=4286> Acesso em: 02 de setembro de 2008.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11, homologado em 7 de junho de 2000. **Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: MEC, 2000.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO

MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

11, 12, 13 E 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC - Brasil

19

INEP. **Divulgados os resultados finais do Censo Escolar 2006.** Disponível em: http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news07_02.htm. Acesso em 05/12/2010.

KLEIN, L.R., SILVA, G. L. R da, CAVAZOTTI, M. A. Análise das informações das bases de dados, com cotejamento das condições do alunado de EJA nos níveis nacional, estadual, municipal e da região do CIC/Moradias Sabará. In KLEIN, L.R. e CAVAZOTTI, M. A. **Relatório Final do Projeto Formação do Professor e Pesquisador na EJA: ênfase no Letramento e na Alfabetização Científica e Tecnológica.** Projeto Observatório da Educação nº 3309. Curitiba: UFPR; Brasília: Observatório da Educação, 2011.

MARX, K. O Capital. Livro I, vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

MOURA, R., RODRIGUES, A. L. (Org). **Como andam Curitiba e Maringá.** Organizadoras Rosa Moura, Ana Lúcia Rodrigues. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos.** Curitiba: SEED, 2006.

PARANÁ. **Estatísticas de Analfabetismo no Paraná.** Curitiba: SEED, 2008. Disponível em: <http://www.paranaalfabetizado.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=14> Acesso em agosto de 2008.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** Campinas: Autores Associados, 2003.